

COMISSÃO DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

(Contribuição do Prof. Floriano R. de ~~Quiloz~~ Quiloz)

Honrado por essa douta comissão com o convite para aqui comparecer e expôr o meu ponto de vista sôbre questões atinentes ao ensino secundário, desejo, de início, reiterar a afirmação já por mim expandida várias vezes, em público: O problema é primordialmente de ordem administrativa; qualquer estruturação ou legislação produzirá resultado razoavelmente satisfatórios desde que, estabelecido um sistema paralelo de controle e de orientação dos estabelecimentos de ensino, e ~~tenho~~ ~~tenhamos~~, tanto quanto humanamente possível, assegurado uma execução honesta daquela estruturação ou legislação. ~~Inversamente~~, é minha firme convicção que nada teremos realizado enquanto um tal sistema administrativo não houver sido posto em vigor, a despeito de quaisquer reformas que façamos, por mais sábias que sejam as suas disposições.

Os resultados constatados até agora, não obstante as várias reformas estruturais sofridas pelo ensino secundário, comprovam abundantemente a minha assensão, fruto de prolongada peregrinação por vários ginásios ou colégios.

1) - Minha posição no caso. - Desejo em seguida esclarecer que minha posição no caso visa a uma simples cooperação com os poderes públicos e que não ignoro que dessa atitude me advirão inevitáveis onus além dos que já me têm advindo, sem que por isso me julgue eu no direito de aspirar a compensação de especie alguma.

Em 1943, tendo integrado a banca de exame vestibular à Faculdade de Medicina, exame êsse a que concorreram, como sempre concorrem, candidatos diplomados por grande número de diferentes colégios secundários do Brasil, tive a primeira visão panorâmica da magnitude do problema. O meu desencanto, como pôde mais tarde comprovar, coincidia com a convicção firmada pelos demais professores integrantes das demais bancas, e o breve inquerito que levei a efeito entre os candidatos por ocasião da prova oral, inquerito êsse repetido na mesma banca no ano seguinte, levou-me a o espírito a certeza de que, na estruturação do ensino secundário, há que cuidar-lhe precipuamente do aspecto moral. Concedi então ao "O Globo" de 13 de maio de 1943 uma entrevista em que focalizei abertamente as falhas dessa natureza que então abastardavam o ensino, sem que naquela oportunidade voz alguma se erguesse em contestação das minhas afirmações. Muito ao contrário, fui distinguido com a seguinte carta que me escreveu Sr. Dr. Abgar Renault, Diretor do Departamento Nacional de Educação. (lida) Tenho a honra de exhibir-vos um exemplar da referida entrevista. Mais tarde,

em 1945, designado pela Associação de Professores de Inglês para levar a efeito uma conferência sobre ensino secundário, solicitei e obtive a presença a conferência da Exma. Snra. D. Lucia de Magalhães, então Diretora da Divisão do mesmo ensino, que se fez acompanhar da sua assistente, a Exma. Snra. D. Izabel Junqueira Schinidt. A meu pedido retiraram-se da sala da Sociedade de Cultura Inglesa onde teve lugar a minha palestra todos os membros estrangeiros daquela Sociedade, após o que, a portas fechadas, fiz novamente desfilar perante a Exma. Snra. Diretora da Divisão todas as graves irregularidades que continuavam a ocorrer nos ginasios particulares, sugerindo ao mesmo tempo medidas para sua correção. - Essas sugestões não foram, ainda dessa vez, tomadas em consideração. Não sou pois um adventício, ávido de popularidade ou de vantagens materiais; a minha idade já não me permite ilusões a tal respeito e foi com plena consciência prévia dos prejuizos morais, físicos e econômicos que me aguardavam que me lancei mais uma vez à luta pela regeneração do ensino, ao microfone da Rádio Globo em 30 de março p.p., em reunião sugerida e organizada por mim.

Nos ultimos anos tenho lecionado no Colégio Juruena, Colégio Metropolitano, Colégio Brasileiro de S. Cristovão, Colégio de São Bento, Colégio 2 de Dezembro, Colégio Frederico Ribeiro; de todos eles exceto o ultimo possui atestados altamente elogiosos quanto à minha atuação como professor e a exceção referida é devida ao fato de ter eu próprio resolvido subitamente desligar-me do citado colégio, em certo dia do mês de novembro de 1944. Os conceitos elogiosos a que aludi acima não impediram entretanto que eu fosse dispensado do serviço dos mesmos colégios, sempre entre os exames de 1a. e de 2a. épocas, sendo que, quanto ao Colégio 2 de Dezembro, não fui dispensado, porém "demitido" sem indenização em 13 deste mês, em virtude da atitude que vinha assumindo com respeito ao ensino. Não foi esse, evidentemente, um acontecimento inesperado, para mim, mas a minha situação de professor vitalício, por concurso, do Ensino Secundário Municipal, professor da Escola do Estado Maior do Exercito, professor dos Cursos do DASP, permite-me dizer em voz alta aquilo que a grande maioria dos meus colegas do ensino particular se ve compelida a caçar em público. A verdade porém vem sendo proclamada não somente por mim, porém por personalidades eminentes e de muito maior prestigio que eu, como se ve das seguintes citações:

Coronel Agrícola Bethlem - da Escola de Aeronáutica - em 16 de Abril de 1947.

"- Para resolver este problema temos que assegurar estabilidade e independencia economica para o magistério: Este é o ponto chave. O prof. que, nos colégios particulares e nas diversas provas, reprova o aluno não serve aos interesses dos diretores, que são quase sempre os donos dos colégios. E para viver ele tem de servir não ao aluno mas ao diretor. Tanto é que o contrato do professor é sempre por um ano. Se não servir, é aliado. E assim o professor

limita-se a transmitir ao aluno conhecimentos superficiais, puro verbalismo.

Professor Catanhede Alemida, Diretor da Escola Nacional de Engenharia - "O Globo" - em 17 de abril de 1947.

Indagamos, então, do Prof. Octávio Reis, que gentilmente, nos facultou todos os elementos solicitados, a que atribuiu tão flagrante descalabro no nosso ensino secundário.

- A mercantilização do ensino, respondeu imediatamente o Diretor da Escola de Engenharia. E acrescentou:

- É esse, sem dúvida, um fator gravíssimo que contribuiu grandemente para a decadência e até desmoralização do ensino secundário.

Editorial da "A Notícia" - de 1947 -

Porque, infelizmente, - e esta verdade ninguém contesta - há os que tornaram o ensino industrialmente rentoso. Altamente rentoso. Depois, existem os diretores de colégios que costumam a ferir do valor do professor pelas aprovações que obtenham no fim de cada ano. Professor que reprêva é professor condenado a ficar sem alunos, sem aulas e sem contratos. Morrerá de fome senão satisfizer a vontade dos que entendem que ensino é aprovar, aprovar de qualquer maneira, bem ou mal, merecida ou imerecidamente, mas aprovar, sempre aprovar, nem que seja para lançar à vida turmas inteiras de analfabetos incapazes intelectualmente.

Professor Carneiro Leão - Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia - "O Globo" - em 23 de abril de 1947.

Depois, temos inumeros colégios facilitando excessivamente o diploma, distribuindo certificados sem que o aluno tenha o conhecimento mínimo admissível. É uma fraqueza de alguns diretores que não trepidam em mercantilizar ao extremo o ensino. A seguir, vêm uns tantos professores que não querem ou não podem desagradar o diretor, e outros que, ambicionando uma falsa popularidade, aprovam os alunos sem que estes o mereçam.

Professor Rolando Monteiro - Diretor da Faculdade de Ciências Médicas - "O Globo" - em 24 de abril de 1947.

"Qual a sua opinião sobre o ensino secundário?"

- É a pior possível. E o mal não é só aqui no Rio, mas em todo o Brasil. E documentam esta afirmação os numerosos candidatos que se apresentam ao Concurso de Habilitação da Faculdade de Ciências Médicas, candidatos esses que, tendo feito os cursos ginasial e fundamental em diferentes Estados da Federação, deram a prova cabal de quanto desorganizado e doente anda o ensino secundário em nossa terra.

- Primeiro, é preciso desburocratizá-lo. Exercer uma fiscalização de fato, viva, vigorosa sobre os colégios e acabar com esses relatórios ridículos em que se contam novelas e vários episódios.

Moralizaria também muito o ensino secundário que as bancas examinadoras fossem do Estado, isto é, livres de influencia dos colégios e das "súplicas" dos pais dos alunos.

Não há, por parte de certos diretores de colégios, a menor compreensão do que seja educar e ensinar. Deixo o problema assim nos termos gerais.

Comandante Falcão - da Escola Naval -

"O Globo" - abril de 1947.

Tem-se a impressão de que os candidatos são apenas "amestrados", ou seja, é-lhes ordenado que façam qualquer coisa. E eles fazem o que acabou de observar. Aniquila-se, assim, a personalidade do aluno, joga-se ainda, ensinando-lhe a ser desonesto e matando-lhe o caráter.

- E de quem a culpa de tão alarmante situação? - indagamos.

A resposta veio clara, e sem reboços:

- Da existência do ensino ginasial, apenas como mera formalidade.

E, incisivo, acrescentou:

- Essa existência meramente formal resulta do não cumprimento das disposições legais relativas ao ensino. Nisto têm tanta responsabilidade os que não a cumprem, como os que sancionam esse estado de coisas.

- Quais as medidas que sugere para evitar maior decadência do ensino secundário?

- Instituir - disse - o ensino secundário com existência efetiva e não simplesmente formal. Reformada ou não a atual organização, pugnar pela fiel execução do que for adotado.

Editorial do "O Globo" - em 29 de abril

de 1947.

Assim se explica os desdobramentos infinitos dos cursos e a transformação dos colégios em estabelecimentos comerciais.

Mas as circunstâncias que apontamos sugerem a pressa. Os colégios particulares têm que acompanhar as exigências da pressa. Transigem, facilitam.

Professor Rocha Lagôa - Diretor da Escola Nacional de Química - "O Globo" - em 30 de abril de 1947.

- Desejo aplaudir, calorosamente a campanha promovida pelo O Globo, campanha patriótica e necessária, batendo-se por um melhor ensino secundário.

"perguntamos qual a opinião do professor Rocha Lagôa a respeito.

- Há uma série de fatores que vem continuamente agravando o mal - disse-nos.

E acentuou:

- A mercantilização absurda e progressiva do ensino é, sem dúvida, uma das grandes causas da anarquia reinante no ensino secundário. Só pensam em lucros, os donos de certos colégios. Os pais, também culpados, ameaçam de retirar o filho, aluno, se não for aprovado. E entre a propina, na iminência de se perder, e o espírito de justiça e honestidade, eles preferem o dinheiro,.. Os próprios professores são vítimas, por parte dos colégios, dessa fraude: aprovar alunos, parece, muitas vezes, ser a única função para que são contratados.

E conclue, com este apelo sincero:

- Moralizemos os colégios e o ensino, para salvarmos a mocidade não só da ignorância, mas de um mal muito pior, da falsa ciência, dos conhecimentos adquiridos atabalhoadamente e ensinados "À la diable".

Professor Bruno Lôbo - da Faculdade de Medicina - "O Globo" - em 5 de maio de 1947.

- Estou absolutamente convencido de que o problema é de extrema gravidade, porque traduz dois pontos fundamentais. Primeiro, a desorganização do ensino secundário, que fornece certificados de aprovação a gente sem o menor preparo. Segundo, a pouca vontade que os alunos têm de aprender, resumindo seus objetivos em passar nos exames, seja como for.

E, com vivacidade, frisa:

- É necessário e urgente oficializar integralmente o ensino secundário e acabar com os colégios particulares. Desta forma, seriam criados em cada bairro do Rio e outras regiões colégios do tipo do Pedro II, podendo-se aproveitar para isto os atuais estabelecimentos particulares.

Professor Augusto Paulino - Diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia - "O Globo" - em 6 de maio de 1947.

" OS COLEGIOS EXPLORAM E NÃO ENSINAM "

Referimo-nos aos colégios e o professor Augusto Paulino afirma:

- A mercantilização do ensino atinge tal desenvoltura, que os seus nefastos resultados são bem visíveis e palpáveis. Os colégios exploram ao máximo e não ensinam. Fizeram do que deveria ser um sacerdócio, uma renda industrial, desmoralizando os seus estabelecimentos, como qualquer comerciante, ganancioso.

E, judiciosamente acrescenta:

- Esqueceram-se da moral. E nenhum sistema de educação pode ser bom, se não se basear na honestidade, na seriedade, na observância integral da consciência e da moral.

E sublinha:

- Há, é certo, exceções. E Deus nos livre se não houvesse alguns colégios dignos, pois

então, tudo estaria perdido. Impõe-se, portanto, elevar o nível moral e intelectual daqueles que, inconscientemente ou conscientemente, estão cavando a ruína total do nosso ensino.

Editorial do "Jornal do Brasil" - em 9 de maio de 1947.

É bastante simples e cômodo falar-se no fechamento de todos os colégios particulares, cujo mercantilismo toda gente proclama - verdadeiros estabelecimentos comerciais, onde de artigo cada vez mais ordinários se vende por preço cada vez mais alto...

Se há exceções, tão raras são, ao que parece, que nem de longe abalam a firmeza da regra geral...

Discurso do Deputado Ruy Almeida - na Câmara Federal, em 12 de maio de 1947.

Colégios existem do Distrito Federal e não cito o nome de um deles para não ficar com a pecha de acusador - que entregam turmas das primeiras séries a alunos já aprovados em séries superiores, e tudo isso a trôco de matrículas gratuitas, ou então de uma miserável recompensa de casa e comida.

O professor que tem turmas de 50 alunos, e já teve oportunidade de lecionar, em colégios desta capital, as turmas de 80...

1947. Editorial do "Correio da Manhã" - Maio de

Além de Gustavo Capanema, os culpados dos males do ensino são os pais dos alunos, que querem a todo custo a aprovação dos filhos, e certos diretores de colégios, que transformam os estabelecimentos em meras casas de negócios.

23 de maio de 1947. Professor Rothier Duarte - "O Globo" - em

- Infelizmente há os que não pensam assim, isto é, só pensam no dinheiro.

Realmente, tem-se procurado imputar a responsabilidade da "decadência" do ensino à mercantilização. Todavia, ela não pode ser considerada como causa, pois o ensino no Brasil, é uma ato mercantil ou industrial por força da nossa organização social.

em 28 de maio de 1947. Professor Donário de Souza - "O Globo" -

- Deixei de lecionar, temporariamente, no curso secundário, pelo seguinte: era professor em determinado colégio particular, mas fui obrigado a abandoná-lo, pois qual não foi a minha surpresa ao ser chamado um dia ao gabinete de um dos diretores e intimado a transigir ou a deixar o colégio. Atribuí notas baixas aos alunos, pois, não só

êles faltavam às aulas como ainda nada sa-
biam da matéria. E o diretor queria que
eu desse notas altas ou me demitisse, uma
vez que - afirmou - eu estava assim preju-
dicando o colégio, cassando-lhe a oportuni-
dade de êxito ou seja, de aprovações findo
o ano letivo.

E acentuou.

- Impõe-se uma moralização d'esses colégios
que não visam o ensino; mas, sim, o dinhei-
ro. Mercantilizarã-m-se ao extremo, esque-
cendo-se da missão sublime que têm de cum-
prir. E os professores ficam em face d'êste
dilema: ou transigem ou são demitidos.

Professor José Oiticica - "Diário Carioca"

Junho de 1947.

- Vamos por partes. Urgente, urgentissimo
é arrancar dos colégios oficializados a
faculdade de aprovarem sem por cento como
anunciam despudoradamente. Um eminente pro-
fessor apelidou a inspeção permanente com a
sigla P.P., isto é - pagou, passou. Ora, o
único meio é passar os exames para os insti-
tutos oficiais.

Editorial do "Correio da Manhã" junho de

1947.

Sobre o ensino secundário, porém, estão pe-
sando ainda outras desgraças particulares.
E estas não são da legislação, propriamen-
te, não estão a exigir, portanto, uma nova
reforma, como pensam tantos teóricos apres-
dos.

Os diretor de colégios, para não perderem
os alunos, que, se reprovados, são trans-
feridos pelos pais para outros estabeleci-
mentos, fazem pressão sobre os professores
para que sejam condescendentes. Os profes-
sores, mal pagos e sem garantias de estabi-
lidade, não podem contra essa tendência pa-
ra a facilidade, para a aprovação em massa,
para a descaracterização do ensino.
Há exceções, sem dúvida, porém êste é o pa-
norama geral.

Como se vê, o problema de ensino não está
nas leis e regulamentos. É simplesmente um
problema moral.

Editorial do "Diário de Notícias" - junho

de 1947.

numerosos alunos contam com todas as faci-
lidades habituais, tanto do Ministério da
Educação, como de seus preceptores e dire-
tores, que aprovam por interesse ou por co-
modidade.

Os grandes culpados são, em primeiro lugar,
o próprio Estado, pela displicencia com que
proverbialmente olha a cultura do povo; os
diretores de colégios nem sempre à autura

dos encargos, e cujas atenções se desviam quase sempre da educação da juventude para o mercantilismo da empresa, ou para os seus interesses pessoais.

Professor A. Machado Paupério - "Jornal do Brasil" - junho de 1947.

- Isto fez com que alguns diretores inescrupulosos, numa época em que o florescimento dos ginásios despertava a cobiça dos comerciantes que passavam de sapateiros a educadores e em que regorgitava a frequência de qualquer colégio que se abrisse, pela vulgarização na massa do interesse crescente pela educação dos filhos, se descurassem, de maneira absoluta pelo aprimoramento do seu corpo de professores.

Professor Enéias de Barros - "O Globo" - 21 de maio de 1947.

O simples fato de os pais transferirem os filhos dos colégios, quando reprovados, a testa a insensatez de que se reveste a educação que procuram proporcionar-lhes. É isso é tão frequente que só por essa razão alguns diretores evitam as reprovações em massa, fato em que muitos vêm causa primária dessa anarquia educacional a que chamam ensino, em nossos dias.

O professor não pode ser palmatória do mundo. Todos se viram contra êle. Os pais, porque seus filhos são reprovados; os diretores porque aluno é reprovado é aluno transferido e isto, que representa para o diretor diminuição de receita, é para todos nós uma prova de corrupção, pois a muitos pais parece que o pagamento de mensalidades é ato de suborno ou simples compra de mercadoria em balções comerciais.

Editorial do "Jornal do Brasil" - em 26 de junho de 1947.

E que dizer do ensino e da educação da adolescência, confinada e ludibriada nos ergastulos das escolas secundárias, onde penetra sem preparo adequado às suas novas responsabilidades e donde sae sem habilitação correspondente às suas tarefas ulteriores? Os inqueritos e depoimentos que têm sido apresentados perante a opinião pública sobre a degradada situação do ensino secundário, nunca tão corruta quanto neste momento, dão arrepios aos mais conformados e insensíveis.

Evidentemente, para que tudo se corrija, pela base, é necessário elaborar novas leis. Mas dentro da atual legislação muito se poderia retificar e suprir, sobretudo no ensino secundário, cuja lei orgânica nunca foi cumprida no que tem de mais aproveitável. Não é apenas pela deficiência e pelo defeito das leis, que chegaram a tal degradação os serviços educacionais no Brasil.

1947.

As leis não foram cumpridas com exatidão, - e começaram a brotar colégios sem disciplina, atentando contra o futuro dos jovens sob o beneplácito de pais indiferentes. Surgiram os mercadinhos do ensino, as feiras dos exames, sem fiscalização de preços, principalmente nas grandes cidades. Falsificaram-se os programas; aperfeiçoaram-se as estratégias da cola; compraram-se notas de exame. Ainda era pouco. E houve um movimento para abolir a seleção das provas. De queda em queda, sem sero recompensador, o ensino secundário está em colapso, sofrendo rudes ataques, exatamente quando se instalaram os trabalhos da Comissão, que irá fixar as diretrizes de educação nacional.

As escolas mercantilizadas, verdadeiras mercearias do ensino, são um crime perante a vida, uma traição às gerações atuais, amenizando e enferrujando a Nação.

Ha as exceções dos colégios honestos, e em grande número, mantidos com sacrificio pelas administrações públicas e particulares - Colégios aprimorados nas capitais, nas pequenas cidades, nas montanhas e até nas fronteiras. Em defesa dessas verdadeiras escolas, dos seus professores abnegados, deve ser processado o expurgo do ensino. Colégio não é armazem; professor não é rascote de cultura; estudante não é miseravel que mereçam traição em suas mais puras aspirações.

Professor Anisio Teixeira - Secretário da

Educação e Saúde do Estado da Bahia - "O Globo" de 19 de junho de 1947.

- Há, no Brasil uma inflação monetária e uma inflação educacional! Imprime-se dinheiro e imprimem-se atestados de curso secundário. A moeda real do ensino secundário são os estabelecimentos oficiais, com professores escolhidos por concurso, vencimentos dignos desse tipo de professores, e ensino, salvo exceções, tão bom ou tão mal como o tradicional e sempre pobre ensino secundário brasileiro. E há a "moeda impressa", que é a dos colégios particulares - "legalmente emtudo equivalentes aos oficiais" - com professores "registrados" sem nenhum processo de habilitação; vencimentos ridiculos e diplomas de curso forçado. Este ensino "normalmente" tem de ser uma guitarra e só excepcionalmente pode ser bom. Foi este ensino que teve a sua expansão promovida até o delirio no periodo ditatorial. Era moeda falsa com curso forçado. No culto das "realidades brasileiras", de que tanto se ufanou a ditadura, não sei de conto mais melancolico e mais acabrunhante do que este do ensino. Sob o pretexto de culto às realidades brasileiras, o Governo Federal montou um mecanismo espantoso de falso ensino e falsos diplomas.

CONSEQUENCIAS DAS ESPECULAÇÃO DESORDENADA E
DESTRUTIVA.

Diz e seguir o professor Anisio Teixeira:

- O que o Globo vem verificando no triste rosário de suas reprotagens é um fato conhecido de todos que acompanharam a debacle do ensino secundário desde que quebraram os padrões com a pilheria das "equiparações", dos professores registrados e dos fiscais de ensino. Estabelecem-se padrões para o ensino oficial e, depois, "equipara-se", isto é, dá-se a mesma sanção e o mesmo valor a um ensino particular sem nenhum daqueles padrões. Como não prosperar tal ensino equiparado? E se, além disto, este ensino é transformado em condição essencial e única para qualquer carreira no país, como não se transformar ele no melhor dos negócios? Foi o que se deu. O ensino secundário repetiu em educação o fenômeno da moeda, o fenômeno da indústria artificial de guerra, o fenômeno da especulação desordenada e destrutiva dos últimos dez anos.

RESTAURAÇÃO DA ORDEM E DA SERIEDADE

E assim conclue o professor Anísio Teixeira: "Tem-se agora de fazer a deflação que, em educação, e a restauração da ordem e da seriedade. Suprimam-se todas as vantagens e privilégios dos cursos secundários. Retire-se a chancela oficial ao ensino particular. Restabeleça-se os exames nos colégios oficiais. Sejam inflexíveis as instruções para tais exames e peça-se ao professor, ou melhor, dê-se ao professor o poder de ser rigoroso e responsável no julgamento, e a moeda boa voltará a circular em nossa sociedade para desmentir os que julgavam que a virtude, o esforço e a capacidade de discriminar entre o bom e o mau não podiam ser "realidades brasileiras"

Professor Djalma Cavalcanti - Formação - junho de 1947.

Nomeado inspetor de ensino secundário em 1930, fui designado para fiscalizar um ginásio no sul de Minas, que anunciavam nos jornais de São Paulo e Rio, cem por cento de aprovações.

O que agora ocorre, é apenas um transbordamento da medida, resultado da complacência generalizada com o erro, que se nota por toda parte. Chegamos a um período em que todo mundo se mostra cansado e descrente. É preciso ter muita fibra, ser mesmo muito teimoso, para remar contra a maré. Ninguém quer complicações. Ninguém quer se amofinar. Todos estão de acordo em que não adianta ser palmatória do mundo.

Juntemos a todos eses abalizados testemunhos ainda o do Senador Hamilton Nogueira, que é também, professor secundário e que declarou ao microfone da Radio "Globo" no domingo 1º de junho à noite que uma das providencias a tomar quanto ao ensino será o simples fechamento dos colégios secundários particulares! Não se pode admitir nem por um instante que todas essas personalidades, muitas das quais de indiscutido valor e de profunda projeção no cenário da educação nacional assim se tenham manifestado de público pelo mero desejo de notoriedade ou impelidos por um impulso menos digno. Certo têm, como tenho eu, conhecimentos de fatos concretos em que baseiam o grave parecer que expenderam, os quais sem dúvida seriam revelados em um inquerito ou outra oportunidade que fosse lhes oferecessem. De

minha parte sou conhecedor de numerosos fatos que enumerarei logo que tal seja necessário, podendo fazê-lo imediatamente se assim o desejar essa d^{ta} comissão, vários dos quais ocorreram sob as minhas próprias vistas, enquanto que outros me foram comunicados por colegas ou mesmo diretores de colégios. Desses últimos somente perfilhei aqueles cuja autenticidade pude verificar fora de qualquer dúvida.

Assim estabelecida a premissa, segundo meu ponto de vista, da urgente necessidade de medidas que venham pelo menos freiar a desenvoltura com que se concedem diplomas de curso secundário a alunos que muito longe estão de o merecerem, tenho a honra de oferecer a essa d^{ta} comissão as seguintes sugestões que enuciarei a seguir.

Algumas delas poderiam, se aceitas, ser postas em prática imediatamente, mediante simples providencia administrativa do D.E.S.; outras teriam que ser objeto de lei que o Ministério da Educação poderia solicitar ao parlamento sem maior demora, outras ainda teriam que ser incorporadas à lei orgânica do ensino ora em elaboração. Seguem-se as sugestões referidas, todas baseadas na hipótese provável da permanencia da presente estrutura semi-para-estatal, do ensino secundário.

- 1 - Estabilidade relativa de emprego e de horário para o professor particular, que só poderia ser dispensado mediante prévia autorização do Ministério da Educação;

- 2 - Proibição de transferencia de alunos reprovados, salvo quando ocorresse mudança de domicilio para outra cidade ou quando a iniciativa da transferencia partisse do colégio de origem;

- 3 - Restabelecimento do direito à revisão de provas para o aluno;

- 4 - Adoção de diários de classe com folha original destacavel, para remessa pelo próprio professor à Divisão de Ensino Secundário;

- 5 - Provas parciais assinadas, como se pratica nos demais ramos do ensino;

- 6 - Questões das provas parciais formuladas pela Divisão de Ensino Secundário e entregues nas salas de aulas por inspetores federais no momento da realização da prova;

- 7 - Publicação anual de um resumo dos resultados dos exames vestibulares indicando-se os nomes dos colégios e dos últimos professores de cada cadeira que houvessem conferido o diploma aos estudantes aprovados e reprovados. Pare esse fim cada diploma traria no reverso a assinatura do ultimo professor de cada cadeira

- 8 - Obrigatoriedade de inclusão do professor de turma nas bancas orais de primeira e segunda época;

- 9 - Obrigatoriedade de arguição do aluno pelo presidente da banca oral quando este desejasse atribuir-lhe sua própria nota;

- 10 - Organização de um "Código Disciplinar" em que fossem reguladas as relações entre alunos, professores e diretores, especificando-se os direitos e os deveres de cada um;

11 - Realização dos pagamentos de sal'rios aos professores por intermédio do inspetor federal, que também assinaria cada recibo de cada professor, passado sobre folha de pagamento coletiva :

Esta sugestão tem origem no fato de estarem alguns colégios obtendo neste momento declarações coletivas dos seus professores em que se declara terem os ultimos sempre recebidos ordenados integrais conforme a lei, isso não obstante se encontrarem em discussão com o Sindicato dos Professores em virtude de sonegarem, mensalmente, parte daqueles mesmos ordenados. Mais de um desses casos, estou informado, têm ultimamente chegado ao conhecimento do Ministério da Educação.

As sugestões indicadas atendem a vários aspetos do curso secundário, depois de iniciado. Cumpre entretanto não olvidar os "exâmes de admissão ao curso secundário", os quais são presentemente realizados pelos próprios colégios candidatos à obtenção de matrícula dos candidatos ao curso. Tem-se assim colocado em mãos do próprio interessado a faculdade de decidir êle mesmo sobre a maior ou menor renda que a uferirá no seguinte ano escolar e os resultados desse sistema a'então patentes aos olhos de todos, quando se compãra a diferença astronomica entre as percentagens de reprovações em tais exames verificadas no colégio Pedro II e no Instituto de Educação de um lado e nos colégios particulares de outro. Tenho a honra de passar às mãos da douta comissão algumas provas mensais de alunos admitidos este ano à primeira serie de colégios secundários do Rio de Janeiro, provas essas que me foram remetidas por colégios que comigo estão colaborando. Um superficial exame dessas provas indica claramente que tais alunos não poderiam de forma alguma ter sido aprovados em um exame de admissão normalmente levado a efeito.

Para corrigir esse estado de cousas tenho a honra de sugerir que os exames de admissão ao curso ginasial passem a ser realizados nos estabelecimentos oficiais de ensino, convocando-se para êsse fim quantos professores oficiais ou particulares sejam necessários. Conviria também, no meu modo de ver, que a inscrição nos exames de admissão fosse condicionada à prova de conclusão do curso primário, para evitar improvisações que, às vezes momentaneamente bem succedidas, vão pouco mais tarde revelar-se danosas ao próprio aluno.

Permitam-se VV.SS. aduzir algumas considerações com referencia à fiscalizaçãoo sobre colégios particulares. Segundo estou informado a tendencia que vem prevalecendo no seio dessa douta comissão se inclina a abolir a fiscalização técnica sobre o ensino, desde que o aproveitamento auferido pelos alunos seria aferido em exames de estado. Se me fosse lícito ponderar a respeito da matéria eu diria que tal processo, conquanto infinitamente mais aconselhavel que o que se encontra em vigor, talvez não viesse a alcançar inteiramente

o objetivo que tem em vista, como se pode inferir dos exâmes do artigo 91 que se realizam em estabelecimentos oficiais. Tenho visto casos de alunos reprovados em institutos particulares que dois meses a pós são aprovados naqueles exâmes e voltam a obter matrícula na serie seguinte do colégio onde não haviam conseguido aprovação. Em 1946 a prova oral de uma das bancas finais de inglês do exâme em aprêço consistiu em fazer o aluno escrever no quadro negro uma frase em inglês e transpô-la para a voz negativa, com a agravante de que a mesma questão era solicitada a todos os alunos. Um moço que eu havia reprovado na la. serie de inglês do meu curso particular, obteve grau 10 naquela prova oral porque escreveu no quadro negro "I am a man" e depois "I am not a man". Ele me explicou, além disso que como todos tinham que fazer a mesma coisa, foi facil aos alunos confabularem no corredor antes da chamada e preparar cada um a sua frase.

Dessa forma parcer-me-ia demasiado otimismo, digo-o com a devida licença, confiar-se exclusivamente em tais exâmes de estado. Penso eu que a assistencia que o estado deve ao aluno no setor da educação e da instrução requer um mais vasto campo de ação não limitado à simples constatação "a posteriore" da ausencia dessa educação ou dessa instrução, mesmo quando levada a efeito ao fim de cada ano escolar. Aquela assistencia poderia e, penso eu, deveria manifestar-se continuamente por intermédio da orientação-fiscalização especializada dos ginários e colégios.

Em outras palavras, em vez de termos como agora, um, dois ou três inspetores para cada colégio, teriamos asscidades, pelo menos as cidades onde mais densa é a população escolar, divididasem setores educacionais, em cada um dos quais atuaria um orientador-inspetor de cada cadeira do curriculo, com juridição sobre todos os colégios situados dentro daquele setor. A esse respeito escrevi no "O Globo" de 20 de maio ultimo.

- Os argumentos geralmente arguidos contra a fiscalizaacão-orientação especializada são:
- 1 - Um grande aumento no numero de inspetores. Não procede essa objeção. Tomando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, onde seriam claramente maiores as dificuldades a vencer em virtude do vulto do problema, já demonstrei na mesa redonda realizada na "Rádio Globo" em 30 de março que dividida a cidade em setores educacionais seriam somente necessários mais dez inspetores para a adoção do Novo sistema.

A INTANGIBILIDADE DA LIBERDADE DE CÁTEDRA

Sob o regime proposto essa liberdade não seria afetada. O orientador especializado não iria dar ordens aos professores dentro das salas de aula, porém com eles colaborar para a uniformidade e a eficiencia do ensino, reunindo apontamentos em cada turma visitada para informação do setor competente da Divisão. Ele conversaria com os alunos sobre pontos do programa já lecionados, verificaria o nível de aproveitamento por eles revelado em comparação com as notas atribuidas em classe, o cumprimento dos programs e coletaria quaisquer outras informações de interesse, após o que preencheria formulas impressas destinadas à Divisão, nas quais os dados necessários se-

riam especificamente solicitados. Qualquer critica desfavorável, acaso, necessária, não seria feita diretamente ao professor senão quando por este solicitada, limitando-se o trabalho de orientação a meras sugestões de métodos ou providencias verificadas e efficientes em outras classes ou escolas. Outros entendimentos com os professores seriam levados a efeito pela Divisão aos seus representantes fora do Rio de Janeiro, quando precisos. Dúvida não pode existir de que a simples possibilidade da entrada na sala de aula, a qualquer momento, de um orientador especializado na cadeira, provocaria um mais intenso trabalho nas turmas, um maior interesse por parte de todos em elevar o nível de aproveitamento dos alunos, com enormes vantagens para o ensino.

A impossibilidade de encontrar-se orientadores especializados em número suficiente.

Este é a única objeção realmente digna de ponderação. De pronto, seria, na verdade, difficil completar-se o quadro de orientadores para todo o Brasil; porém se pudermos inicialmente instituir tal sistema, trabalhando satisfatoriamente pelo menos nas grandes capitais do país, teremos dado um passo gigantesco no caminho da realização do ensino secundário nos centros onde volumosa é a massa de estudantes.

Desejo somente acrescentar agora que, dentro da minha sugestão, a escolha dos orientadores-inspetores seria limitada por lei a:

Professores com não menos de dez anos de efetivo exercicio da cadeira em salas de aula;

que poderiam ser atraídos à comissão da nova função desde que se lhes attribuisse um elevado padrão de vencimentos, ao mesmo passo em que lhes seria vedada qualquer outra atividade no ensino particular.

Permita-me a ilustrada comissão que, passando além dos sapatos, me aventure eu a pedir a sua preciosa atenção para o problema do ensino das linguas estrangeiras quando tal assunto se fizer oportuno. A presente legislação estatue o emprego obrigatorio do método direto, mesmo depois que foi permitido aos colégios aumentarem as turmas para 50 alunos. Na prática a legislação é inoperante e raras são as turmas que recebem efetivamente ensino pelo processo direto. Mesmo quando se insiste em fazê-lo depara-se com a impossibilidade de reter a atenção de todos os alunos durante toda a aula no grau indispensável para a assimilação do método direto. Nesses casos a consequencia é que uma percentagem ponderavel das turmas não aprendem a falar, nem a traduzir e perdidos os primeiros estágios do curso nunca mais conseguirá o aluno por-se em dia com a matéria.

Penso, por isso, que o método direto deve ser mantido, porém mantido unicamente para aqueles alunos que demonstrarem aptidões e desejo de fazerem um curso de tal método. Após 3 primeiros meses de triagem para toda a turma, o professor indicaria quais os alunos que continuariam o curso pelo método direto, passando os demais a

estudar classicamente o idioma. Daí em diante tratar-se-ia de um jogo de horário unicamente, não muito difícil de ser organizado, prevalecendo a especialização durante todo o curso do aluno.

Os estudantes do método classico apreenderiam pelo menos a traduzir e poderiam utilizar a linguagem aprendida por ocasião dos seus estudos superiores.

Concluindo, não sei como agradecer aos ilustrados e eminentes mestres dessa comissão a subida honra que me conferiram ouvindo-me durante tão largo espaço de tempo. Servidor anonimo do ensino em minha terra, do fundo da minha humildade, tenho enfrentado todas as contingencias, todas as pressões em favor do que sincera e honestamente acredito ser a bôa causa. Só por esse motivo posso justificar perante mim mesmo a alta deferencia com que me distinguiram VV.SS., a quem desejo assegurar que o estímulo recebido fará sublimar-se em mim a determinação patriótica e ~~erista~~ de continuar a contribuir, na medida do que me fôr possível, para o progresso do ensino secundário no Brasil.

ass.) Prof. Floriano R. de Quêiroz.